

Resenha & Debate

Nova Série Ano I. Série 1. Volume 3

Resenha & Debate

Nova Série Ano I. Série 1. Volume 3

Créditos

A presente publicação segue as diretrizes da licença Creative Commons 4.20.



Resenha & Debate. Nova Série é um boletim eletrônico sem periodicidade fixa destinado à divulgação científica, editado a partir do Laboratório de Pesquisas, Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Setor de Etnologia e Etnografia - Departamento de Antropologia - Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Editores Antonio Carlos de Souza Lima e Bruno Pacheco de Oliveira

Laboratório de Pesquisas em Etnicidade Cultura e Desenvolvimento (Laced)
Coordenadores João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima

Departamento de Antropologia
Museu Nacional

Quinta da Boa Vista s/nº
São Cristóvão
Rio de Janeiro - RJ
CEP. 20540-365 - Brasil
<http://www.laced.etc.br>
Email laced@mn.ufrj.br

Setor de Etnologia e Etnografia
Curador João Pacheco de Oliveira

Departamento de Antropologia
Chefe Tania Clemente de Souza

Museu Nacional
Diretor Alexander Kellner

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Reitora Denise Pires de Carvalho

Projeto Efeitos Sociais das Políticas Públicas sobre os Povos Indígenas - Brasil, 2003-2018
Desenvolvimentismo, participação social, desconstrução de direitos, e violência.

Financiamento Fundação Ford
(Doação n. 0150-1310-0)

Coordenador Antonio Carlos de Souza Lima

Subcoordenador Bruno Pacheco de Oliveira

Design Clarisse Sá Earp (UMAstudio)

Mapeamento preliminar das candidaturas autodeclaradas indígenas para os cargos de prefeito, vice e vereador nas eleições municipais de 2020.

Luís Roberto de Paula

Doutor em Antropologia Social, é professor da Fundação Universidade Federal do ABC (UFABC).

luisroberto.paula@gmail.com

Ricardo Verdum

Doutor em Antropologia Social, é pesquisador do Laboratório de Pesquisas Sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) do Museu Nacional (MN/UFRJ).

rverdum@gmail.com

Apresentação

Trata-se de um mapeamento preliminar dos 2.173 candidaturas de pessoas que se autodeclararam *indígena* junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O total de candidaturas para os cargos do executivo e do legislativo municipais em 2020 segundo o mesmo TSE é de 550.397. Portanto, as *candidaturas autodeclaradas indígenas* representam singelos 0,4%. Percentual semelhante ao da parcela da população brasileira que autodeclarou ser *indígena* no Censo Demográfico de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Importante ressaltar que as *candidaturas autodeclaradas indígenas* em 2020 tiveram um aumento de quase 27% em relação às lançadas em 2016 (1.715 para 2.173).

Note-se que a expressão *candidaturas autodeclaradas indígenas* tem uma enorme implicação quando se avalia a participação da população indígena em processos eleitorais. O TSE, diferente de outras instituições que possuem políticas públicas voltadas para povos indígenas (como as universidades públicas federais e estaduais ou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena), não exige a contrapartida de uma coletividade étnica para que uma pessoa seja classificada como *indígena*. Basta assinalar na ficha de inscrição do candidato esta opção. É por isso, por exemplo, que nas eleições a Presidência da República em 2018, e segundo o critério do TSE, o Brasil teve dois *candidatos indígenas* à vice-presidência: Sonia Guajajara e Hamilton Mourão. Isso significa que muito provavelmente diversas candidaturas autodeclaradas indígenas que fazem parte

dos cálculos e gráficos apresentados a seguir não encontrarão legitimidade étnica junto aos 305 povos indígenas que habitam o território nacional. Também pode estar ocorrendo de pessoas que legitimamente poderiam se autodeclarar *indígena*, mas que optaram por classificar-se em outra categoria de “cor/raça”, como a de *pardo*. Mas nem de longe nos cabe nesta breve apresentação aprofundar este debate para lá de polêmico. São os povos indígenas e suas associações que acertadamente chegarão a um consenso sobre os melhores critérios quem deve orientar a definição do que é ser *indígena* no país.

Muitas das considerações realizadas em um trabalho anterior (De Paula, 2017) e rerepresentadas com atualizações em Verdum e De Paula (2020), são reafirmadas no mapeamento que se segue. Apesar de que aqui nos concentramos em *candidaturas* enquanto que nos trabalhos anteriores analisamos os *mandatos indígenas conquistados*, é possível estabelecer algumas comparações e notar tendências anteriormente diagnosticadas. Claro que o mapeamento dos mandatos indígenas a serem conquistados em 2020 pode ser contrastado com muito maior precisão e adequação aos referidos mapeamentos realizados anteriormente.

Na lista de *achados* que segue apresentamos tanto as tendências já notadas nestes referidos trabalhos (ex. a fragmentação e pragmatismo nas escolhas partidárias indígenas associada a uma curiosa reafirmação da capilaridade do Partido dos Trabalhadores - PT nas mesmas escolhas partidárias), como algumas novidades interessantes: por exemplo, a competição entre candidaturas indígenas que, na maioria dos casos, sempre esteve associada ao cargo de vereador, agora parece ganhar espaço também nas candidaturas aos cargos majoritários de prefeito e vice. É o caso, por exemplo, de São Gabriel da Cachoeira, município na porção noroeste do estado do Amazonas, que é conhecido pela grande participação indígena em processos eleitorais (Iubel, 2015), e onde em eleições passadas houve disputa entre dois candidatos indígenas o cargo de prefeito. Em 2020, parece que as diversas etnias que compõem aquele complexo território multiétnico optaram por intensificar a peleja entre si lançando nada menos do que quatro (4) candidatos autodeclarados indígenas a prefeito e cinco (5) a vice-prefeito. Impressiona também no caso deste município os 119 candidatos autodeclarados indígenas ao cargo de vereador. Outros municípios seguem este padrão como poderá ser notado nos gráficos.

Achados e Considerações

Apresentamos a seguir e da maneira o mais sintética possível os achados desta investigação preliminar sobre as candidaturas autodeclaradas indígenas aos poderes executivo e legislativo municipais em 2020. Algumas breves comparações com dados sobre o perfil das candidaturas indígenas foram incorporadas aqui num último momento, estimulando assim o leitor a realizá-las com maior profundidade. Indicamos em cada um dos possíveis achados a numeração dos gráficos que os expressam visualmente.

1.

De 2.173 candidaturas autodeclaradas indígenas, 39 são ao cargo de prefeito, 72 a vice-prefeito e 2.062 (94%) de vereador (Gráfico 1). Em 2016 estes números foram, respectivamente, 30, 62 e 1.623, totalizando 1.715 candidaturas.

2.

Em 2016 foram conquistados 136 mandatos indígenas (somados executivo e legislativo) num universo de 1.715 candidaturas, resultando, portanto, numa espécie de “taxa de sucesso eleitoral indígena” em torno de 8%. Se o desempenho for repetido no pleito deste ano, podemos esperar no mínimo a conquista de algo em torno de 170 mandatos indígenas. A ver.

3.

Neste ano o Partido dos Trabalhadores (PT) é novamente o partido com maior número de candidaturas autodeclaradas indígenas (262), seguido pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido Progressista (PP), cada um com 152 candidaturas. Rede de Sustentabilidade (Rede), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) aparecem como escolhas importantes para os povos indígenas. Algumas destas escolhas nos levam a pensar que há sim, entre segmentos dos povos indígenas, simpatias “ideológicas” por determinados partidos e agendas políticas. Entretanto, nota-se com muito mais facilidade que a capilaridade da estrutura partidária de grandes partidos pelo interior no país parece ser decisiva para as escolhas das candidaturas indígenas. O favoritismo com o qual o Partido dos Trabalhadores vem aparecendo tanto nas escolhas indígenas em pleitos eleitorais desde os início dos anos 2000 mandatos conquistados (De Paula, 2017), seja nos mandatos conquistados, seja nas candidaturas, parece associar a capilaridade de um grande partido nacional a uma certa simpatia partidária indígena. Ver Gráfico 2 e Tabela 1.

4.

33% (706) das 2.173 candidaturas são de mulheres indígenas em 2020. Em 2016 foram 408 candidaturas, sendo 28 as eleitas. Houve, portanto, um aumento de 27% nas candidaturas de mulheres. (Gráfico 3).

5.

Do total de candidatos em 2020, a maioria possui ensino médio completo (846), seguido por aqueles que tem ensino superior completo (466), o que talvez já seja expressão do grande processo de inserção indígena nos cursos de graduação e pós-graduação universitária com vagas voltadas para povos indígenas. O Gráfico 4 apresenta dos dados por níveis de ensino entre 2016 e 2020, permitindo outras comparações.

6.

As profissões são expressão da situação rural-urbana dos povos indígenas, assunto que merecedor um estudo a parte. Curiosas profissões foram indicadas pelos candidatos, como por exemplo, antropólogo, cantor, cabelereiro e empresário, ao lado daquelas já esperadas como agricultores, artesãos, professores e servidores públicos. (Gráfico 5).

7.

Os municípios que compõem o estado do Amazonas concentram quase 25% das candidaturas de autodeclarados indígena (Gráfico 6), da mesma forma que a Região Norte concentra quase a metade delas (Gráfico 6a). Estes dados apenas reafirmam a relação direta existente entre candidaturas e população indígena proporcionalmente distribuída nos estados e regiões. Entretanto, é interessante notar o caso de Roraima: de 1.848 candidaturas existentes entre indígenas e não indígenas, 148 são indígenas, ou seja, quase 8%, número bem acima da média nacional que é de 0,4% como já mencionado. (Ver Tabela 2).

8.

Os Gráficos 7, 7a, 7b, 7c e 7d, expressam a distribuição das candidaturas para prefeito e vice por estados, partidos e municípios e repetem as tendências já assinaladas anteriormente (fragmentação/pragmatismo e certa predominância do Partido dos Trabalhadores nas escolhas das candidaturas). Situações curiosas de candidaturas de autodeclarados indígenas a prefeito e vice poderão ser acompanhadas por todos que se interessam pelo assunto em cidades como, por exemplo, Niterói no Rio de Janeiro e Praia Grande e Taubaté, ambos municípios do estado de São Paulo. Em Lorena/SP teremos um intelectual e escritor indígena reconhecido nacionalmente como candidato a prefeito pelo PCdoB.

9.

O último gráfico mostra alguns municípios nos quais há uma grande quantidade de candidaturas de autodeclarados indígenas concorrendo entre si pelos normalmente pouquíssimos votos dos colégios eleitorais locais. Para o leitor menos familiarizado com o tema, saiba que existem municípios onde um candidato a vereador pode ser eleito com 100 votos. Normalmente, quanto mais candidatos, mais se fragmenta os votos e, portanto, mais dificuldade existe para se conquistar a vaga. É surpreendente, portanto, que após várias eleições, revezes e acertos, muitas etnias estejam lançando uma quantidade desproporcional de candidatos a vereador. Seria o caso de buscar entender o porquê disso. (Gráfico 8).

10.

Isto nos faz pensar em que outros fatores estariam operando nas opções e decisões. As regras para as chamadas eleições proporcionais, ou seja, a dos vereadores, mudaram em 2020. Com a mudança, acabaram as coligações partidárias para as eleições proporcionais. A Emenda Constitucional nº 97/2017 proibiu os partidos de formarem coligações para as eleições às

Câmaras Municipais. O quociente eleitoral deve ser alcançado pela agremiação individualmente. Isso acaba estimulando os partidos há buscar ter o maior número possível de candidatos e candidatas, de forma a que cada voto conquistado some à legenda e aumente as suas chances de ocupar uma ou várias cadeiras no legislativo municipal, e favorecendo aqueles candidatos do partido (indígenas e não indígenas) com maior capacidade de atrair votos para si. Favorecer candidaturas, sejam étnicas ou individuais, é uma forma de capilarizar e capturar votos.

11.

O mapeamento das etnias e o cruzamento desta variável com estado, municípios, partidos, regiões etc., não foi realizado como em estudos anteriores devido ao esforço extra que exigiria em trabalhar os dados do TSE. É possível determinar a origem étnica de boa parte dos candidatos a partir da associação do conhecimento etnográfico, da localização geográfica dos municípios e das terras indígenas. Por exemplo, os 18 candidatos indígenas do município de Campinápolis/MT certamente são Xavante, assim como os candidatos a prefeito e vice. Na própria lista do TSE aparece o registro de parte dos nomes em idioma nativo ou com a etnia no final. Mas como não é algo padronizado, resolvemos deixar este mapeamento para os candidatos e as candidatas que certamente serão eleitas nos pleitos municipais espalhados pelo país em 2020.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2020.

Tabelas

TABELA 1 - COMPARAÇÃO CANDIDATURAS INDÍGENAS AO EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAIS POR ESCOLHAS PARTIDÁRIAS- 2016 E 2020		
SIGLA	candidaturas indígenas (2016)	candidaturas indígenas (2020)
PT	181	262
MDB	103	152
PP	80	152
PSD	72	139
PDT	83	122
PSDB	85	116
DEM	60	106
PCdoB	65	99
REPUBLICANOS (em 2016, PRB)	59	94
PTB	66	82
PSC	41	82
PL	0	79
REDE	17	78
PSB	85	74
CIDADANIA (em 2016, PPS)	63	66
AVANTE (em 2016, PR)	71	61
PODEMOS (em 2016, PHS)	50	56
PV	76	50
PROS	49	50
PSL	46	48
SOLIDARIEDADE	45	46
PSOL	21	45
PATRIOTA (em 2016, PEN)	39	34
DC (em 2016, PSDC)	33	22
PRTB	34	20
PTC	26	19
PMN	34	7
PSTU	7	7
PMB	12	2
PCO	0	1
NOVO	0	1
UP	0	1
PCB	2	0
PPL (incorporado ao PCdoB)	19	0
PRP (incorporado ao Patriotas)	37	0
PTdoB (incorporado ao Avante)	15	0
PTN (incorporado ao Podemos)	39	0
TOTAL DE CANDIDATURAS	1715	2.173

Fonte: TSE 2016/2020

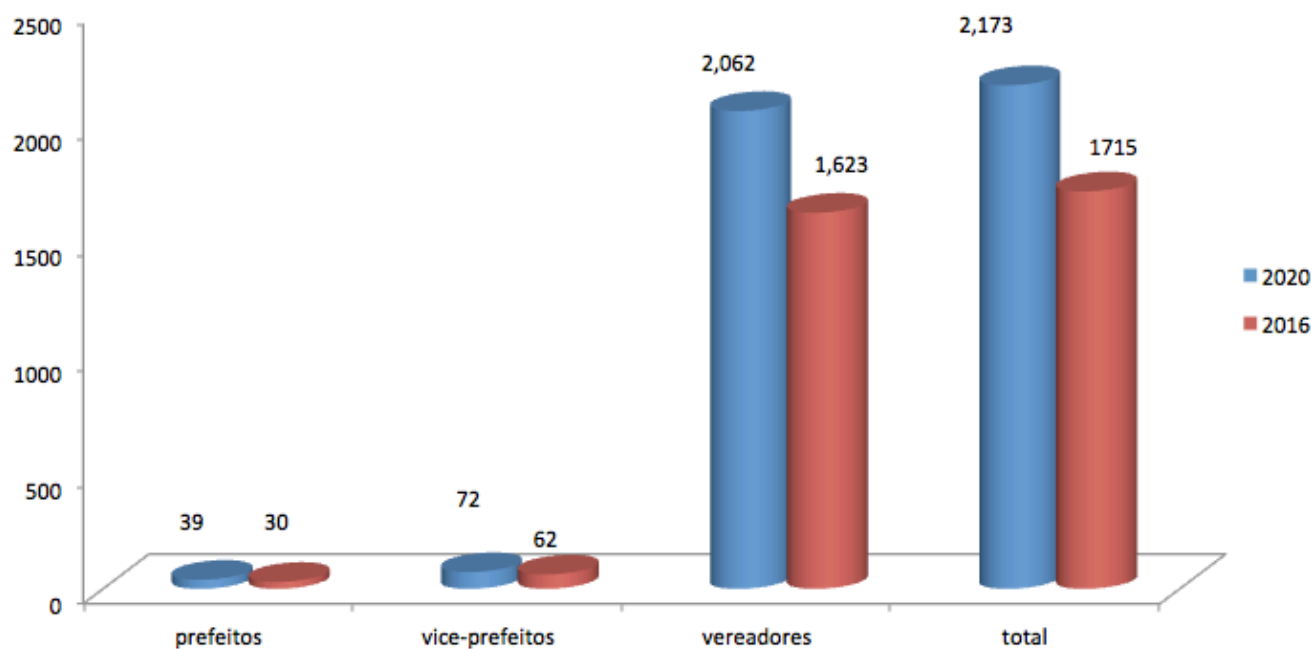
Tabela 2 - Total de candidaturas no país x candidaturas indígenas - por Estado		
Estado	Total de candidaturas (indígenas e não-indígenas)	Total de candidaturas indígenas
AM	10.334	492
MS	8.552	216
RR	1.858	148
BA	41.112	133
RS	33.224	130
PE	20.804	125
MT	12.627	116
PA	23.327	108
PB	12.378	74
SP	92.376	71
AC	3.016	65
MA	20.525	59
SC	21.598	58
MG	80.752	54
TO	8.546	46
PR	36.648	46
CE	16.033	45
AL	7.445	42
RO	5.858	35
RJ	26.118	27
AP	2.440	24
GO	24.599	23
ES	12.391	11
RN	10.413	10
SE	6.938	8
PI	10.545	7
TOTAL	550.457	2173

Fonte: TSE 2016/2020

Gráficos

1.

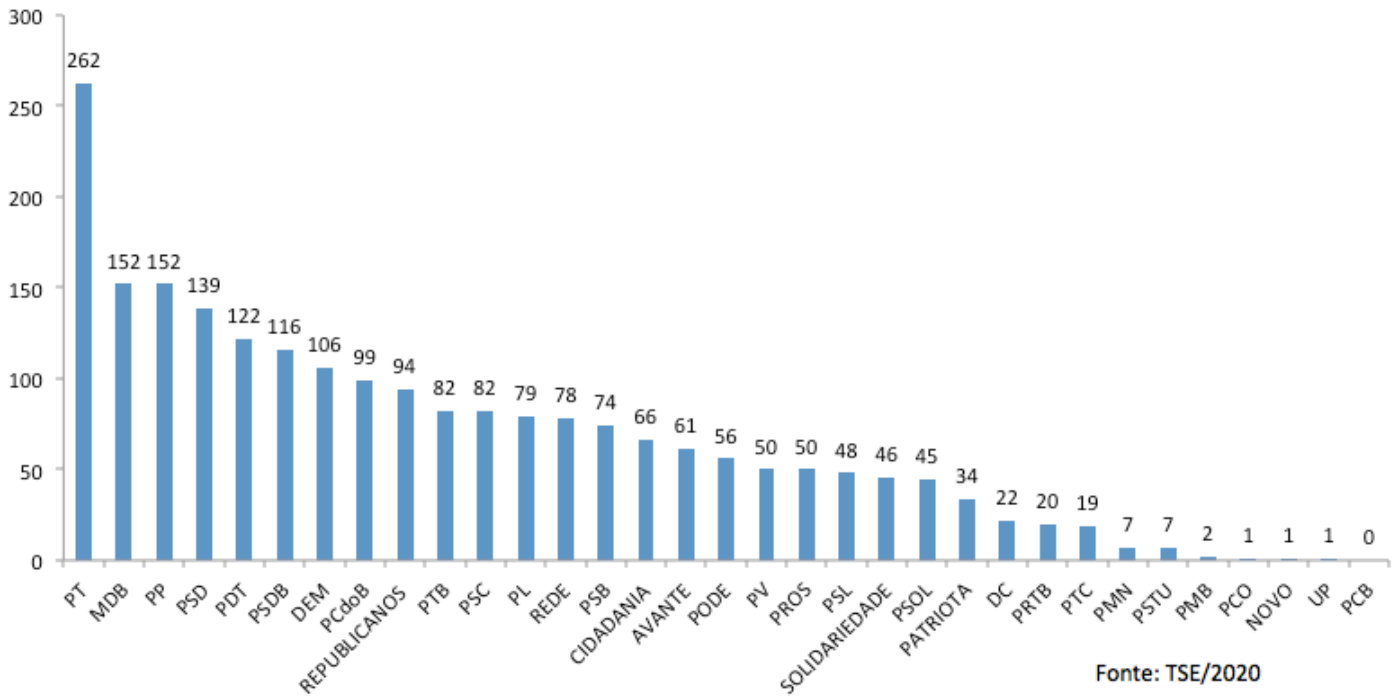
Gráfico 1 - Comparação entre candidaturas autodeclaradas indígenas ao executivo e legislativo municipais de 2016 e 2020.



Fonte: TSE 2016-2020

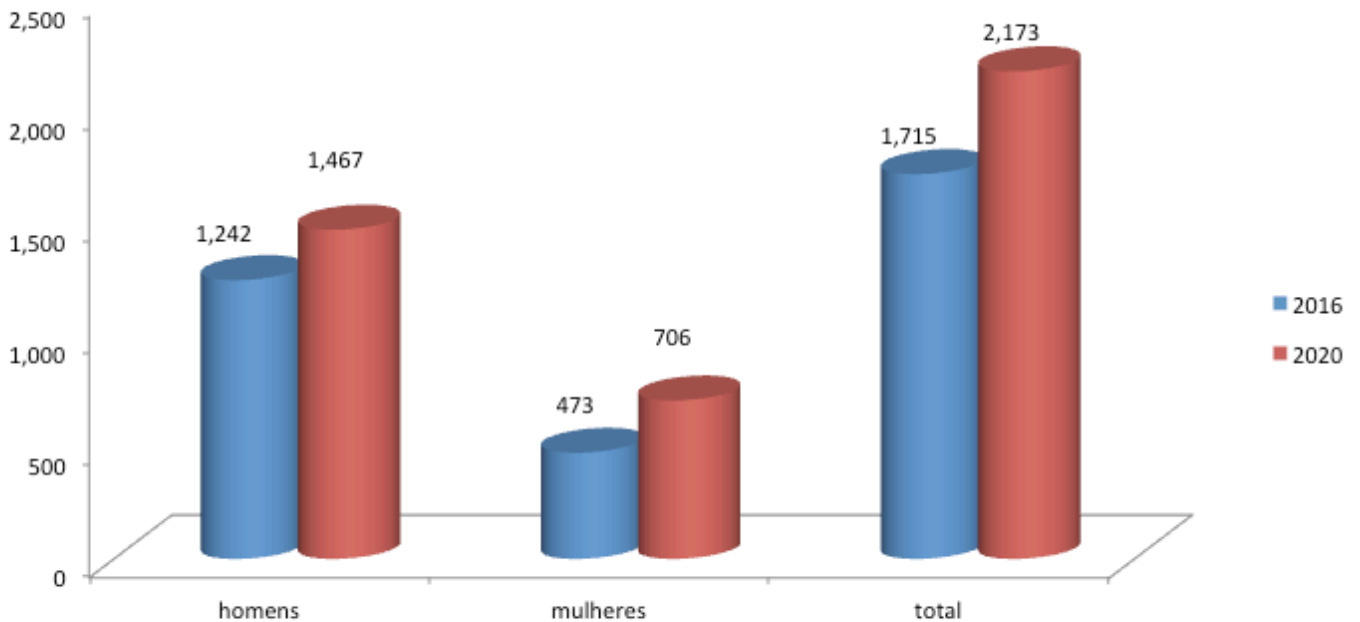
2.

Gráfico 2 - Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas por PARTIDO ao Executivo e Legislativo municipais - Eleições de 2020.



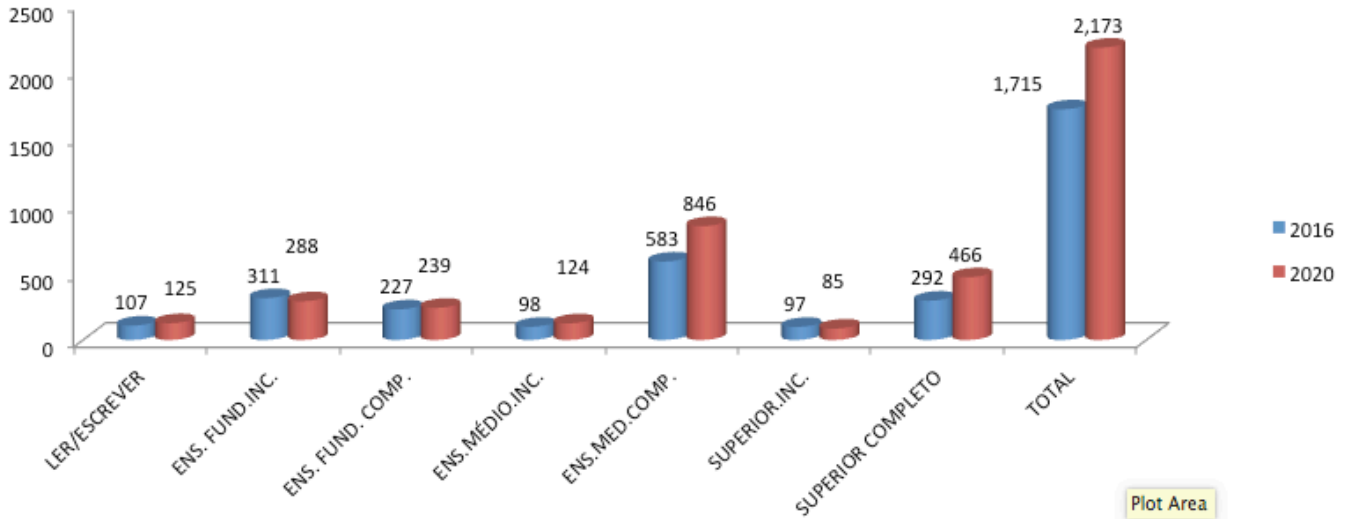
3.

Gráfico 3 - Comparação das candidaturas autodeclaradas indígenas por GÊNERO nas eleições municipais de 2016 e 2020.



4.

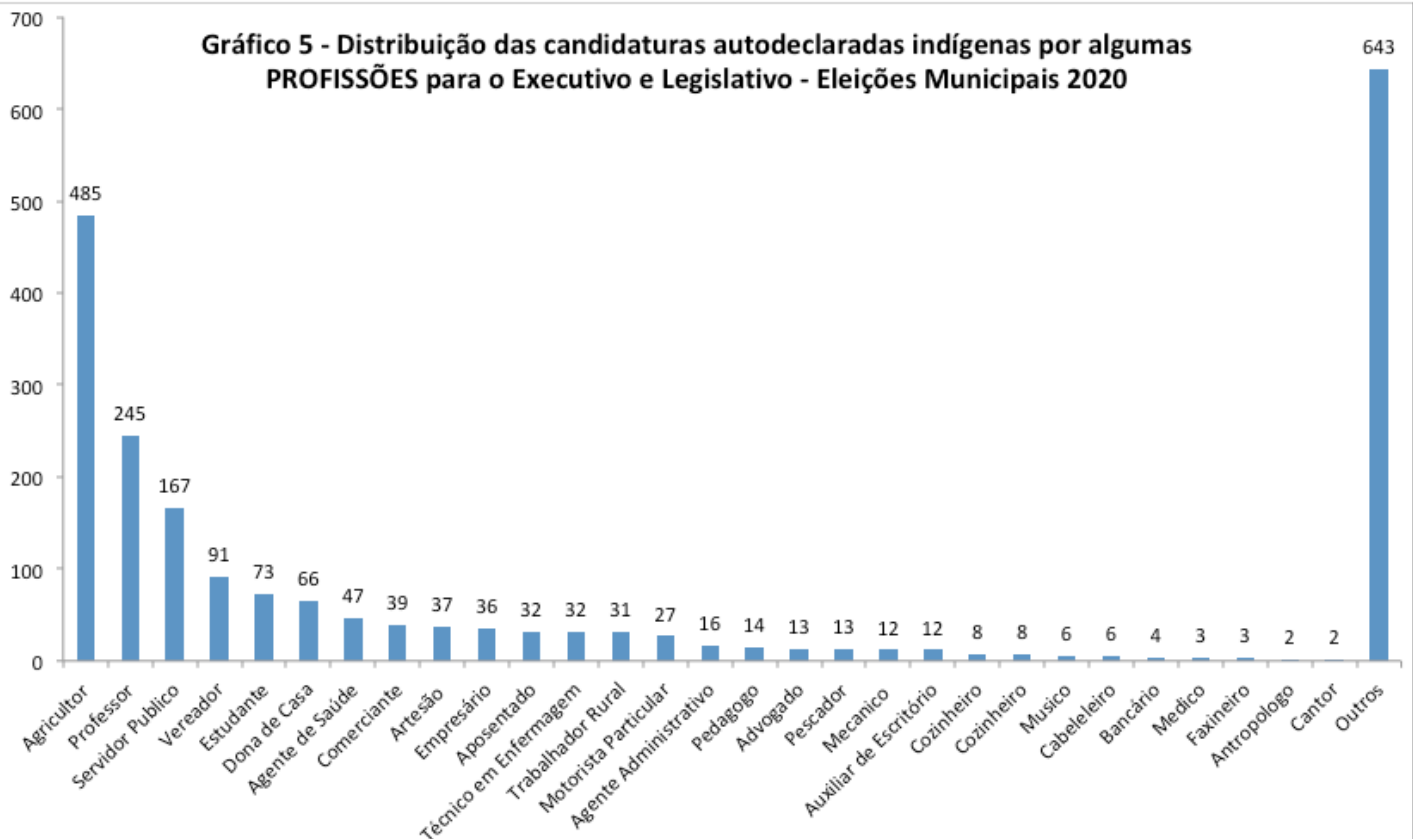
Gráfico 4 - Comparação das candidaturas autodeclaradas indígenas por GRAU DE INSTRUÇÃO nas eleições municipais de 2016 e 2020.



Fonte: TSE/2016-2020

5.

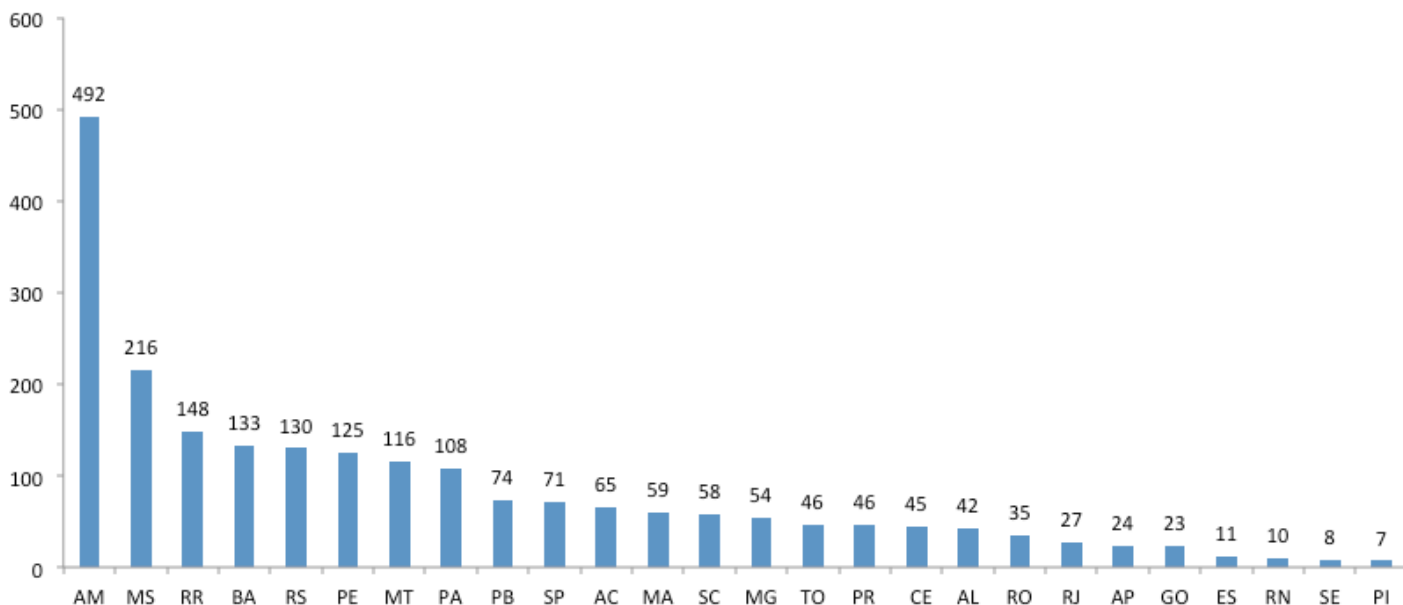
Gráfico 5 - Distribuição das candidaturas autodeclaradas indígenas por algumas PROFISSÕES para o Executivo e Legislativo - Eleições Municipais 2020



Fonte: TSE/2020

6.

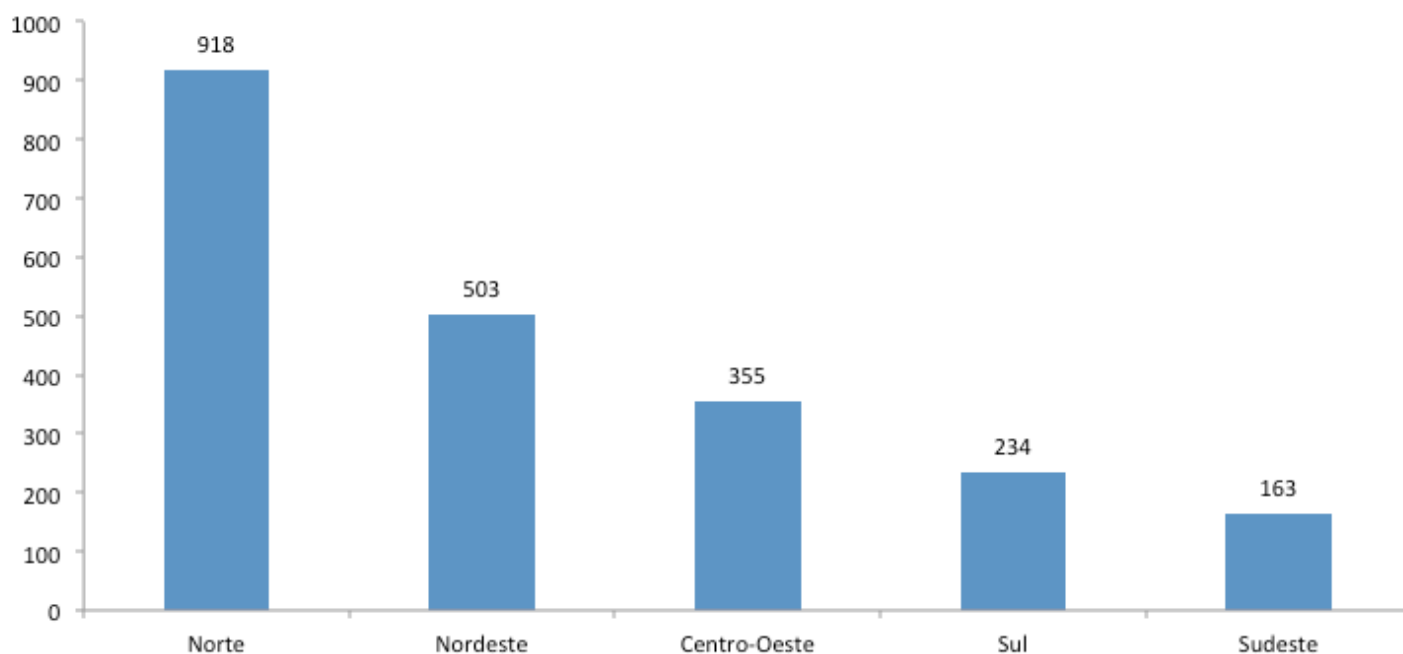
Gráfico 6 - Distribuição das candidaturas autodeclaradas indígenas por ESTADO para o Executivo e Legislativo municipais - Eleições 2020



Fonte: TSE/2020

6a.

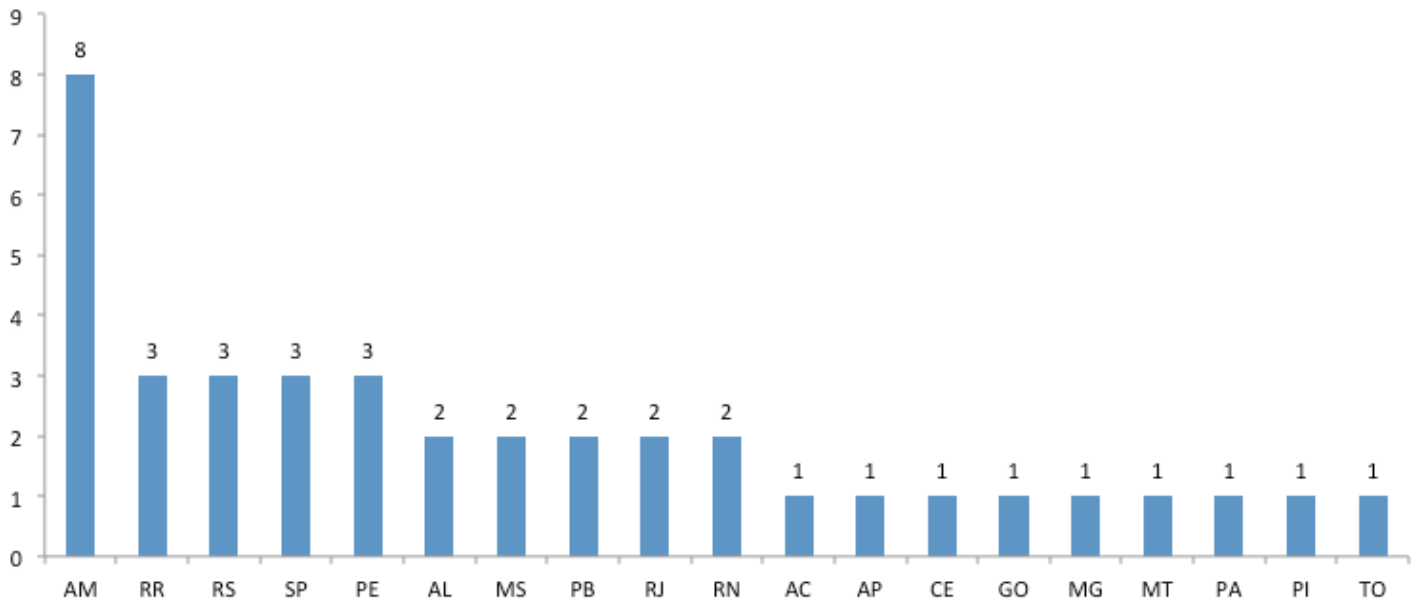
Gráfico 6a - Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas por REGIÃO ao Executivo e Legislativo Municipais - Eleições 2020



Fonte: TSE/2020

7.

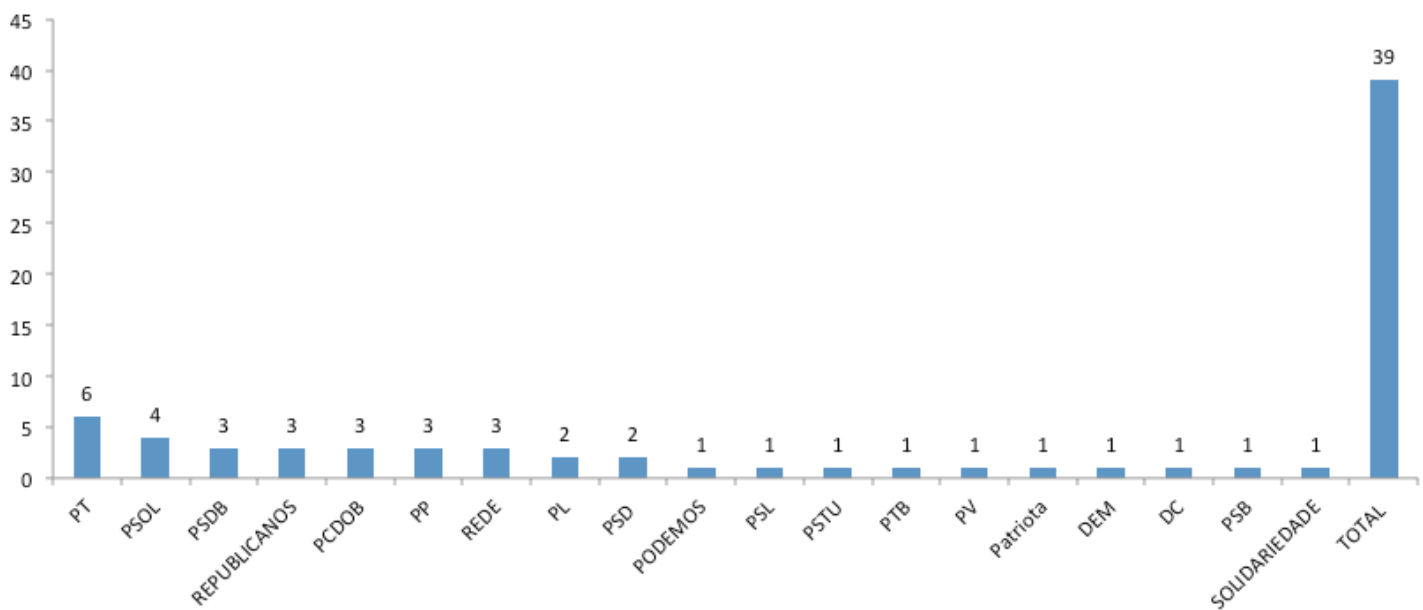
Gráfico 7 - Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas para o cargo de PREFEITO por ESTADO - Eleições Municipais 2020.



Fonte: TSE/2020

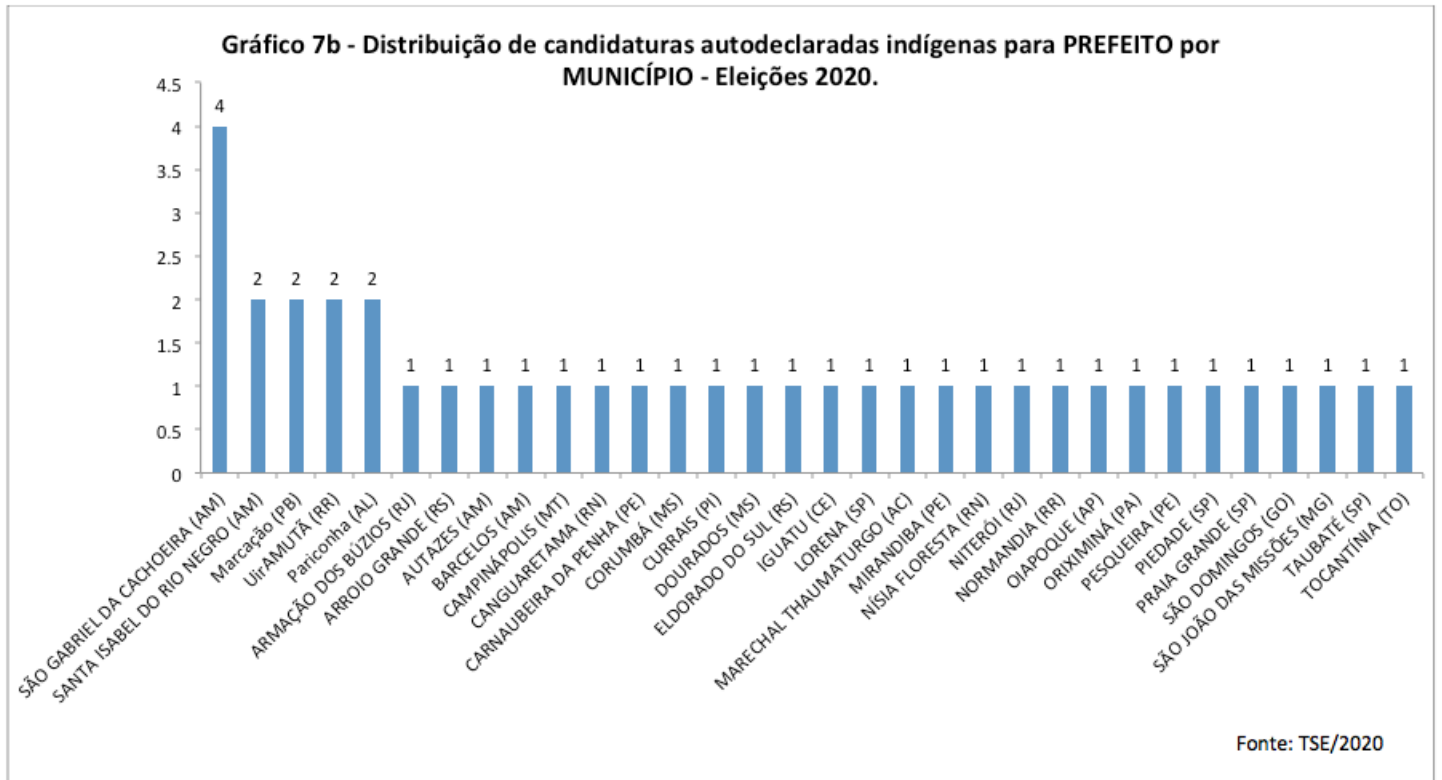
7a.

Gráfico 7a - Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas por PARTIDO para o cargo de PREFEITO - Eleições municipais 2020.

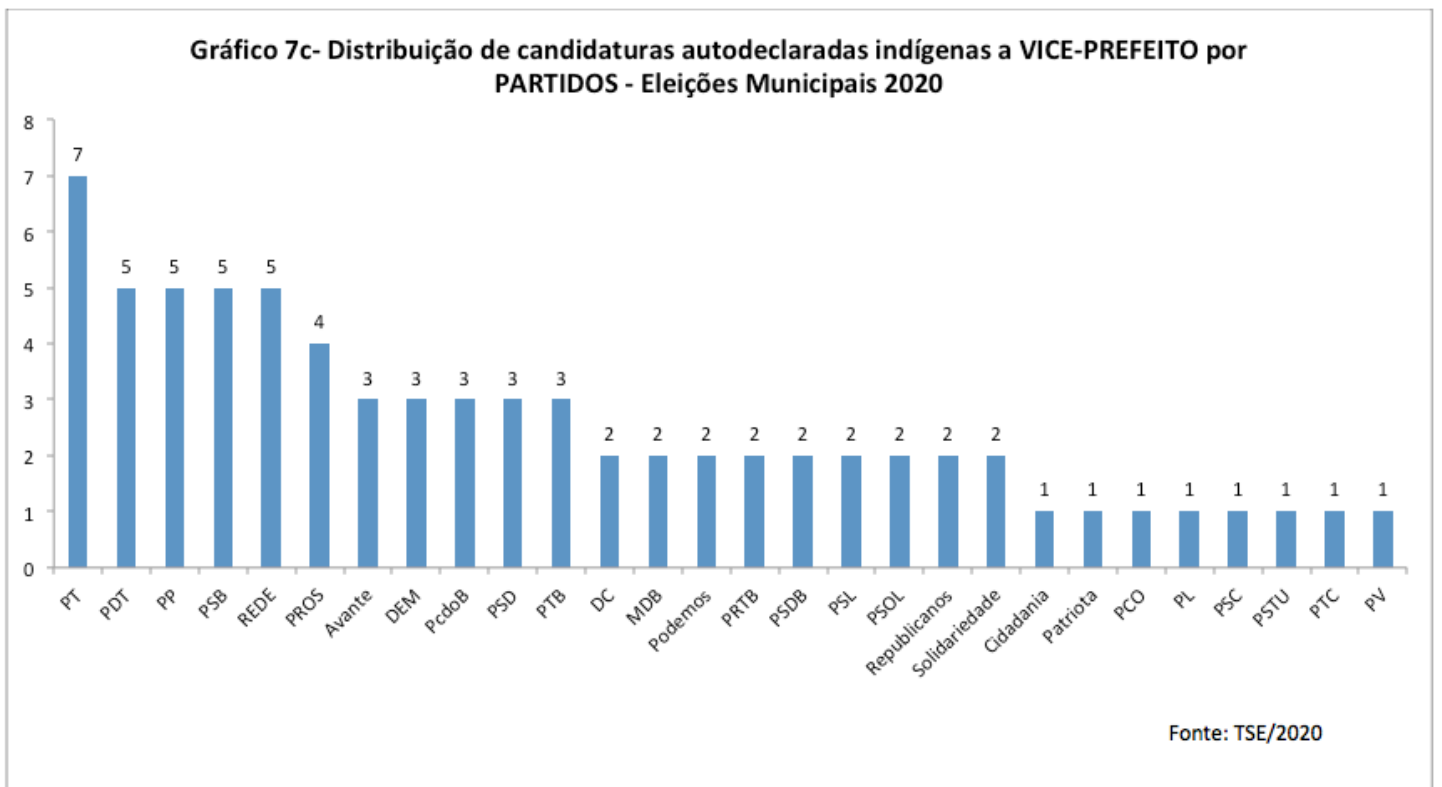


Fonte: TSE/2020

7b.

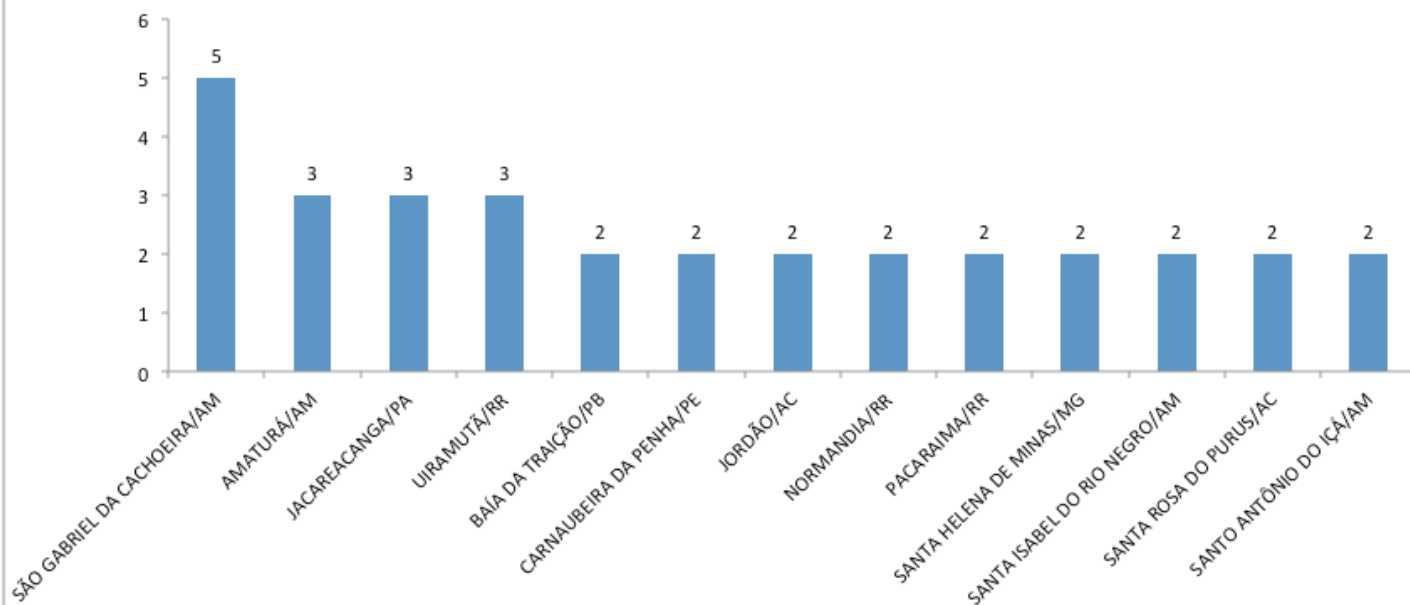


7c.



7d.

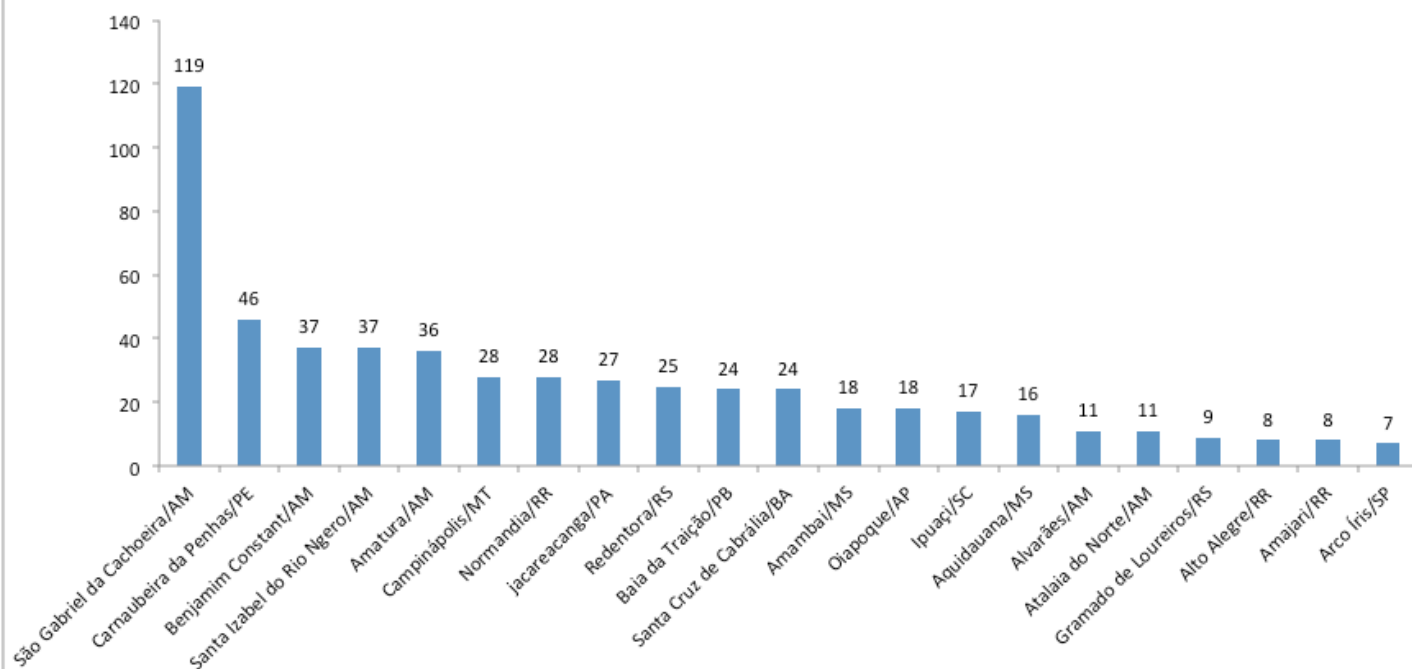
Gráfico 7d - Distribuição das candidaturas autodeclaradas indígenas a VICE-PREFEITO por MUNICÍPIOS - ELEIÇÕES 2020



FONTE: TSE/2020

8.

Gráfico 8 - Distribuição de candidaturas autodeclaradas indígenas para o cargo de VEREADOR em alguns municípios - Eleições 2020



FONTE:TSE/2020

Bibliografia Consultada

DE PAULA, L. R. (2017). A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação. *Resenha & Debate (Nova Série)*, v. 2, p. 68.

<http://laced4.hospedagemdesites.ws/wp-content/uploads/2020/05/Resenha-Debate-Nova-Serie-vol-2.pdf>. (Acesso em: 05.10.2020)

IUBEL, A. F. (2015). Transformações políticas e indígenas: movimento e prefeitura no Alto Rio Negro. Tese de Doutorado (Centro de Educação e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social), São Carlos, São Paulo. Universidade Federal de São Carlos.

VERDUM, R.; DE PAULA, L. R. (2020). *Antropologia da Política Indígena. Experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina)*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia.

<http://laced.etc.br/acervo/livros/politicaindigena/> (Acesso em: 05.10.2020)



The background features a solid blue color with several light blue, wavy lines that flow from the top left towards the bottom right. A single, thicker orange line follows a similar path at the bottom of the frame, starting from the left edge and curving upwards towards the right.

2020